



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0005578-02.2017.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
Requerente: **Thiago Emanuel Marques Nunes**
Requerido: **Dynamic Technologies Automotiva do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Thiago Emanuel Marques Nunes, devidamente qualificada nos autos, requer habilitação de crédito nos autos de Recuperação Judicial e Falência da empresa **Dynamic Technologies Automotiva do Brasil Ltda**, invocando sua natureza trabalhista, apontando para tanto o valor de R\$ 20.778,81.

Manifestação do Administrador Judicial às fls. 20/24 e do Ministério Público às fls. 27 posicionando-se pela inclusão do crédito de R\$ 16.720,02 em favor de Thiago Emanuel Marques Nunes, classificado como trabalhista.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Os documentos que instruem a inicial comprovam a existência do crédito, decorrente de reclamação trabalhista, logo, de natureza preferencial.

O Administrador Judicial opinou pela procedência, apresentando, todavia, o valor de R\$ 16.720,02, em razão de cálculo apresentado até a data da decretação da falência, seguindo mesmo sentido o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ministério Público.

Procede o argumento do Administrador Judicial, tendo em vista que a habilitação de crédito deve ter seu valor atualizado até a data da decretação de falência ou do pedido de recuperação judicial, conforme disposto no art. 9º, II da Lei 11.101/05.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a habilitação para o fim de deferir a inclusão do crédito em nome de THIAGO EMANOEL MARQUES NUNES, no importe de R\$ 16.720,02 (dezesesseis mil setecentos e vinte reais e dois centavos), no Quadro Geral de Credores, na categoria preferencial trabalhista.

Não há condenação em verba honoraria em razão da natureza do incidente.

Dê-se ciência ao Administrador Judicial para as providências cabíveis.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 09 de outubro de 2017.